



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124344 - RJ (2020/0043922-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ  
RECORRENTE : J M M (PRESO)  
ADVOGADOS : GUILHERME DE MIRANDA MACHADO PAUPERIO - RJ101617  
EDUARDO DE MIRANDA MACHADO PAUPERIO - RJ142276  
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DESPACHO

Trata-se de consulta de prevenção realizada pela Ministra Laurita Vaz, em que aponta suposta conexão entre o presente feito e o RHC 115.918/RJ, de minha relatoria.

A Ministra alega que o "RHC n.º 115.918/RJ, recebido neste Tribunal em 23/07/2019, foi distribuído ao Ministro RIBEIRO DANTAS. Ao relatar o acórdão do julgamento desse recurso, consignou o eminente Par que a referida via de impugnação fora interposta por Ronnie Lessa, que se encontrava preso preventivamente em razão da "suposta prática de dois crimes de homicídio duplamente qualificado, perpetrados contra a então vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Francisco da Silva e seu motorista Anderson Pedro Matias Gomes; de um crime de homicídio duplamente qualificado tentado contra Fernanda Gonçalves Chaves; e um delito de receptação, tudo na forma do art. 69 do Código Penal" (fl. 318 do RHC 115.918; sem grifos no original)".

Pondera que a Corte Especial, no julgamento da QO na Sd 623/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 21/06/2017, DJe 07/08/2017, entendeu que se observa a "prevenção nos casos em que se detectar a intersubjetividade entre os feitos, ou sua conexão material, tal como regulado pelo Código de Processo Penal" (e-STJ, fls. 614-605).

#### É o relatório.

Decido.

Com efeito, a Terceira Seção desta Corte Superior possui entendimento de que se faz necessário o julgamento conjunto de processos relacionados a ações penais diversas quando constatada a conexão, a fim de evitar decisões conflitantes.

O presente RHC 124.344/RJ diz respeito à ação penal originária n. 0133709-65.2019.8.19.0001 (inquérito policial n. 901.00334/2019), que apura a existência de organização criminosa que, ao que tudo indica, dedicou-se a impedir e embaraçar as investigações a respeito do homicídio praticado contra a ex-Vereadora Marielle Franco e o seu motorista Anderson Gomes.

Ainda que se trate de ações penais diversas e o RHC 115.918/RJ, de minha relatoria, tenha decidido apenas acerca da transferência de presídio do acusado Ronnie Lessa, preso preventivamente e denunciado pelo suposto homicídio da então Vereadora e de seu motorista, no bojo da ação penal n. 0072026-61.2018.8.19.0001, verifico que o presente feito guarda relação com a apuração de tal delito.

Ante o exposto, **aceito** a prevenção apontada.

Redistribuem-se os autos.

Após, retornem conclusos para análise.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator